

A VEZ DO JUDICIÁRIO

Ministro diz que outros poderes já fizeram sua parte

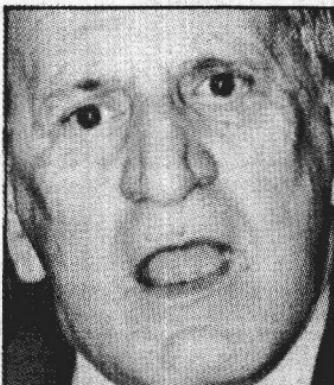
O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, declarou que agora é a vez de o Judiciário passar por um processo de "depuração", já vivido pelo Executivo com o impeachment do ex-presidente Fernando Collor e pelo Legislativo com a CPI do Orçamento. O ministro defendeu o saneamento do Judiciário como uma iniciativa que deve partir dos próprios magistrados, anteontem em Letícia, na Colômbia, onde participou da instalação da Comissão de Vizinhança Brasileira-Colombiana, junto com o presidente Itamar Franco.

Corrêa afirmou que qualquer "inquérito" que venha a ser aberto, caso o Judiciário sinta necessidade de Corrêa: depuração. "detectar os casos que eventualmente existam", terá de partir de uma decisão interna da magistratura, preservando, assim, a independência entre os poderes. "Já houve uma depuração no Executivo e no Legislativo. Se os dirigentes do Judiciário entenderem, por iniciativa própria, que deveriam tomar alguma providência, seria salutar".

Mesmo com receio de ser interpretado como alguém do governo que está dando palpites sobre questões internas do Judiciário, Corrêa se atreveu a dar um exemplo para justificar sua opinião de que o Judiciário também deve depurar-se: o envolvimento de juízes na corrupção do INSS. O ministro revelou ainda que, "como senador", é favorável à criação de uma comissão de controle externo do Judiciário. Corrêa contou que até apresentou emenda constitucional sobre o assunto quando era

senador, mas agora segue a orientação do governo. "Como membro do governo não encaminhei esta proposta para a revisão".

O advogado Evandro Lins e Silva, que conduziu a acusação contra o ex-presidente Collor no processo de impeachment, também defendeu ontem a realização de uma reforma estrutural no Judiciário, como prosseguimento do



Corrêa: depuração.

movimento de restauração da ética. Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Lins e Silva disse que não defende o controle externo do Judiciário, como propõem as emendas apresentadas por vários parlamentares à revisão. "Todos se

preocupam com a cúpula do Judiciário, apesar de o problema residir na base que restringe o acesso da população à Justiça", afirmou. "A reciclagem faria um bem enorme no aperfeiçoamento do Judiciário".

Lins e Silva afirmou que os casos de corrupção no Poder Judiciário são isolados e devem ser fiscalizados e punidos pelos seus próprios integrantes, ou pelo Senado, como prevê a Constituição, se os ministros do STF praticarem crimes de responsabilidade. O advogado elogiou o relatório final da CPI do Orçamento: "Ficou provado que existe no Brasil um sentimento geral pela recuperação da moralidade política". Segundo ele, as penas de cassação de mandato serão executadas, apesar do corporativismo: "Não se trata de impedir o aparecimento de tumores localizados, mas sim de combater a septicemia generalizada que se alastrou no País".